

CONSELHEIRO MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI

PRIMEIRA CÂMARA DE 08/04/25

ITEM Nº 102

PREFEITURA MUNICIPAL – CONTAS ANUAIS – PARECER

102 TC-004032.989.23-8

Prefeitura Municipal: Rifaina.

Exercício: 2023.

Prefeito(a): Hugo César Lourenço.

Advogado(s): Washington Fernando Karam (OAB/SP nº 98.580).

Procurador(es) de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

Fiscalizada por: UR-17.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. CONCEITO “B” NO I-SAÚDE, I-FISCAL E I-CIDADE DO IEG-M. NECESSIDADE DE MELHORIA DOS DEMAIS RESULTADOS DO ÍNDICE. ADVERTÊNCIAS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

RELATÓRIO

Em exame as Contas do PREFEITO MUNICIPAL DE RIFAINA, referentes ao exercício de 2023.

Conclusões do laudo técnico elaborado pela Fiscalização (evento 21.45) trouxeram os apontamentos abaixo relacionados:

A.2.1. IEG-M – ASPECTOS RELEVANTES

✓ Histórico do IEG-M indicou baixa efetividade na execução das políticas públicas pelo Município. A nota global no exercício de 2023 foi “C” (Baixo nível de adequação);

A.2.1.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

✓ A nota “C” obtida nos três últimos exercícios avaliados evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população;

A.2.1.1.1 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

✓ A LOA autoriza a abertura de créditos suplementares em percentual (25%), acima do aceitável pela Jurisprudência deste Tribunal.

Esta autorização pode desconfigurar o orçamento, afastando-o dos diagnósticos previamente realizados, quando do levantamento das reais demandas do Município;

✓ Considerando todos os órgãos componentes do Orçamento Anual, procedeu à abertura de créditos adicionais e à realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 20.404.479,29, o que corresponde a 43,51% da Despesa Fixada (inicial);

A.2.1.2. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)

✓ A nota “C+” obtida no último exercício avaliado evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o I-Educ/IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população;

A.2.1.2.1. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

✓ Remanesceram diversas irregularidades apontadas na IV Fiscalização Ordenada, que tratou da **Educação em Tempo Integral**;

A.2.1.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)

✓ A nota “C+” obtida no último exercício avaliado evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o I-Amb/IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população;

✓ O Município não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);

A.2.1.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA (i-Gov TI/IEG-M)

✓ A nota “C+” obtida no último exercício avaliado evidencia a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o I-Gov TI/IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população;

B.1. CONTROLE INTERNO / CONTROLADORIA / AUDITORIA INTERNA

✓ O cargo de Controlador Interno do município ficou vago no período compreendido entre 01/05/2023 a 31/12/2023;

B.3.2. DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB

✓ A rede municipal possui contrato com instituição financeira diversa do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal (Banco Santander) para o pagamento de salários, de vencimentos e de benefícios de qualquer natureza aos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Contudo, constatamos que o Órgão não providenciou **naquela instituição** conta única e específica, para recebimento dos recursos do Fundeb, conforme previsto no § 9º do art. 21 da Lei nº 14.113, de 2020 e orientação prevista nas Portarias FNDE 807/2022, Conjunta FNDE/STN 3/2022 e Comunicado SDG Nº 66/2023.

✓ O Município não atendeu às condicionalidades legais, em face do artigo 14 da Lei nº 14.113/2020, inabilitando-se a receber a complementação VAAR;

C.2. DESPESAS COM CONFRATERNIZAÇÃO DOS SERVIDORES

✓ Identificamos no exercício examinado o pagamento de despesas com festa de confraternização dos servidores da Prefeitura Municipal, no montante de R\$ 64.850,00;

C.3 - TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO

✓ A arrecadação correspondente à Taxa de coleta domiciliar de Lixo foi insuficiente para a cobertura dos custos desses serviços em desacordo com o preconizado na Lei Federal 14.026/20;

C.4 - DESAPROPRIAÇÕES

✓ As desapropriações foram realizadas em caráter de urgência não havendo projetos previamente elaborados para as finalidades apresentadas nos respectivos processos, o que sinaliza uma deficiência no planejamento;

✓ Em visita às áreas desapropriadas, constatamos que nos citados terrenos, após as desapropriações ocorreu a instalação de torres de transmissão de energia por parte da CPFL;

✓ A avaliação de valores das áreas desapropriadas, limitou-se à mera consulta com corretores locais, sem a devida formalização;

E.1. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

✓ Houve desatendimento às recomendações desta E. Corte de Contas.

Após regular notificação do Responsável, Sr. Hugo César Lourenço (evento 28.1), a defesa apresentou justificativas e documentação (evento 53), devidamente analisadas.

Ministério Público de Contas (evento 63.1) opinou pela emissão de parecer **desfavorável** à aprovação das contas, pelas seguintes razões:






1. **Itens A.2.1** – deficiências na gestão qualitativa dos recursos públicos, evidenciadas pela nota “C” do IEG-M geral e, notas “C” em quatro dos sete indicadores temáticos (específicos). Apesar de o responsável atual pelas contas estar em seu terceiro ano do segundo mandato consecutivo, o município não conseguiu superar os patamares insatisfatórios no período de 2019 a 2023, alternando entre as classificações “C+” e “C” (REINCIDÊNCIA);

2. **Item A.2.1.1** – deficiências no eixo do Planejamento municipal, reveladas pela manutenção do i -Planejamento no patamar “C” por sete anos consecutivos e excessivas alterações orçamentárias (REINCIDÊNCIA); e
3. **Itens A.2.1.2** – ineficiência nos investimentos em educação, evidenciada pela manutenção do i-Educ/IEG-M na nota “C” por quatro anos consecutivos (REINCIDÊNCIA).

Propôs, ainda, o encaminhamento das seguintes recomendações:

1. **Itens A.2.1.1, A.2.1.2, A.2.1.3, A.2.1.4** – corrija as diversas impropriedades apontadas pelo IEG-M, conferindo maior efetividade aos serviços prestados à população e visando alcançar as metas propostas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU;
2. **Item A.2.1.1.1** – aprimore as fases de planejamento e execução do orçamento, evitando elevados percentuais de alterações orçamentárias, tal qual orientam os Comunicados SDG 29/2010 e 32/2015;
3. **Item A.2.1.2.1** – sane as irregularidades verificadas nas Fiscalizações Ordenadas n.º 04/2023 com objeto “Escola em Tempo Integral”;
4. **Item C.1.1** – envide esforços no sentido de gerar resultados orçamentários positivos nos exercícios subsequentes, de modo a garantir a manutenção da hígidez financeira na gestão municipal;
5. **Item B.3.2** – adeque-se às condicionalidades para habilitação à complementação VAAR (art. 14 da Lei nº 14.113/2020);
6. **Item C.4** – assegure o planejamento adequado das desapropriações, com a prévia elaboração de projetos que justifiquem as finalidades apresentadas; realize a verificação rigorosa da destinação das áreas desapropriadas, prevenindo seu uso irregular por terceiros; e formalize criteriosamente a avaliação dos valores das áreas desapropriadas, com base em laudos técnicos elaborados por profissionais habilitados; e

7. **Item E.1** – cumpra as instruções e recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas.

Histórico de Julgados Precedentes				
2018	2019	2020	2021	2022
				
Destaque – Três Últimos Exercícios				
2022	TC-004005.989.22-3	Parecer Favorável com recomendações e determinações Primeira Câmara Relator Conselheiro Dimas Ramalho Publicação no DOE em 5 de outubro de 2024 Trânsito em julgado: 21/11/2024		
2021	TC-006958.989.20-4	Parecer Favorável com recomendações e determinação Segunda Câmara Relator Conselheiro Antonio Roque Citadini Publicação no DOE em 29 de junho de 2023 Trânsito em julgado: 10/08/2023		
2020	TC-002975.989.20-3	Parecer Favorável com recomendações Primeira Câmara Relatora Conselheira Cristiana de Castro Moraes Publicação no DOE em 9 de julho de 2022 Trânsito em julgado: 23/08/2022		

É o relatório.

GCMAB
DLA

TC-004032.989.23-8

VOTO

REGIÃO ADMINISTRATIVA	PORTE	POPULAÇÃO	RECEITA POR HABITANTE
Franca	Muito pequeno	3.958 habitantes	R\$ 11.740,71

Fonte: Relatório Smart, que cruza dados da SEADE/IBGE/AUDES.P.

TÓPICO DE INSPEÇÃO	SITUAÇÃO	REF.
Aplicação na Saúde	24,93%	(15%)
Aplicação no Ensino	27,57%	(25%)
FUNDEB	100%	(90% - 100%)
FUNDEB – Parcela Diferida	Prejudicado	30/04 (exercício seguinte)
Pessoal da Educação Básica	99,52%	(70%)
Despesa com Pessoal (art. 20, III, “b”, LRF)	34,48%	(54%)
Transferências ao Legislativo (art. 29-A, CF)	Em ordem	
Execução Orçamentária	Déficit de 3,72% (-R\$ 1.929.395,97)	
Resultado Financeiro	Superávit de R\$ 6.324.998,64	
Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor	Em ordem	
Encargos Sociais (INSS, PASEP, FGTS)	Em ordem	

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
IEG-M	C+	C	C+	C
i-Planejamento	C	C	C	C
i-Fiscal	B	B+	B+	B
i-Educ	C+	C	C	C
i-Saúde	B	C+	B	B
i-Amb	C	C	C	C
i-Cidade	B	B+	B	B
i-Gov-TI	C	C	C	C

Obs. Índices do exercício em exame após verificação validação da Fiscalização

Sob a ótica da responsabilidade na gestão fiscal apregoada pelo artigo 1º, § 1º¹, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município registrou déficit da execução orçamentária (-R\$ 1.929.395,97 - 3,72%), totalmente amparado pelo superavit financeiro do exercício anterior, mantendo-se resultado financeiro positivo (R\$ 6.324.998,64), consequente disponibilidade para a cobertura total das obrigações de curto prazo, e qualificação “B – Efetiva” no índice i-FISCAL do IEG-M.

Nesse contexto, verifica-se que a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições em quantia (R\$ 20.404.479,29) equivalente a 43,51% da despesa fixada inicial não prejudicou o equilíbrio das contas.

Todavia, encaminhe-se recomendação à Origem para que, doravante, aperfeiçoe seu planejamento orçamentário, nos termos dos artigos 29² e 30³, da Lei Federal nº 4.320/64, combinados com o artigo 12⁴, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e reduza o volume de alterações do orçamento, em

¹ **§ 1º** A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

² **Art. 29.** Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base a estimativa da receita, na proposta orçamentária.

Parágrafo único. Quando houver órgão central de orçamento, essas demonstrações ser-lhe-ão remetidas mensalmente.

³ **Art. 30.** A estimativa da receita terá por base as demonstrações a que se refere o artigo anterior à arrecadação dos três últimos exercícios, pelo menos, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.

⁴ **Art. 12.** As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADI 2238)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

observância ao Comunicado SDG nº 32/2015 (item 1 – aprimoramento dos procedimentos de previsão de receitas e fixação de despesas; e item 4 - utilizar com moderação os percentuais permissivos para abertura de créditos suplementares, autorizados na Lei Orçamentária anual e financiados pela anulação parcial ou total de outras dotações).

As despesas com pessoal e reflexos (R\$ 16.897.071,26) atingiram 34,48% da Receita Corrente Líquida, abaixo do limite de 54% previsto na alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/00⁵.

Relativamente aos limites e condicionantes prescritos à remuneração dos agentes políticos, não se constatou irregularidade nos pagamentos efetuados, tampouco nas entregas de declarações de bens pelos mandatários.

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite (7%) estabelecido no artigo 29-A, I, da Constituição Federal.

Quanto ao sistema de Controle Interno, constataram-se deficiências significativas, evidenciadas pela vacância do cargo de Controlador no período de 01/05/2023 a 31/12/2023, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade⁶ de dispositivos legais que regulamentavam a controladoria municipal.

Cumprir registrar que, objetivando a regularização de tal situação, a Prefeitura elaborou a Lei Complementar nº 05 de dezembro de 2023, criando o cargo efetivo de controlador interno, tal como foi iniciado processo para suprimimento do aludido cargo através de concurso público.

Nesse sentido, maior eficiência do setor é providência que se recomenda, bem como caberá a Fiscalização, em próxima inspeção *in loco*, verificar a efetividade das providências anunciadas pelo Executivo.

⁵ **Art. 20.** A repartição dos limites globais do artigo 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

⁶ ADIN nº 2146985-98.2023.26.0000 – declarou inconstitucionalidade dos artigos 6º, 8º, 9º, 11 e 70 da Lei Complementar Municipal nº 03 de 15 de outubro de 2013

Os encargos sociais incidentes no período foram recolhidos, bem como a Prefeitura não possui parcelamentos.

Da mesma forma, houve quitação de todos os requisitórios de baixa monta devidos no período⁷, correta inscrição dessas obrigações e utilização de registros eficientes para controle.

Verificou-se aporte no ensino equivalente a 27,57% da receita resultante de impostos (artigo 212 da CF⁸), bem como utilização da integralidade do montante advindo do FUNDEB, como previsto no artigo 25, caput e §3º, da Lei Federal nº 14.113/2020⁹, destinando-se 99,52 % dos recursos do Fundo à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, de acordo, portanto, com o disposto nos artigos 212-A, XI¹⁰, da Constituição Federal e 26¹¹ da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

O investimento no ensino não se traduz, contudo, na nota obtida pelo Município no i-EDUC do IEG-M, “C – Baixo nível de adequação”, que se manteve no patamar insatisfatório registrados nos períodos antecedentes (2021

⁷ Não havia dívida de precatórios.

⁸ **Artigo 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

⁹ **Artigo 25.** Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no artigo 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do artigo 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

¹⁰ **Artigo 212-A.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do artigo 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea "c" do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea "b" do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

¹¹ **Artigo 26.** Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do artigo 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no artigo 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

e 2022¹²). Sendo assim, **advirto severamente** a Origem para que promova melhorias na execução das políticas públicas educacionais, objetivando a elevação do aludido índice.

Nesse contexto, a Fiscalização Ordenada IV de 2023, evidenciou falhas relacionadas a Escolas em Tempo Integral, parte das quais não havia sido corrigida por ocasião da última visita *in loco* ¹³. Por conseguinte, cabível **severa advertência** à Origem para que corrija os desacertos remanescentes.

Ao segmento da saúde direcionaram-se 24,93% das receitas de impostos, superando-se o mínimo estabelecido pelo artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012¹⁴.

O cumprimento do piso reflete-se na qualificação obtida no IEG-M (“B – Efetiva”), repetindo o resultado obtido no exercício de 2022. Não obstante, recomendo à Administração que observe as oportunidades de melhoria indicadas no questionário, visando ao aprimoramento e à maior efetividade de serviços colocados à disposição da população.

Ademais, Gestão Fiscal e Defesa Civil receberam avaliações positivas no IEG-M (“B – Efetiva”).

Por outro lado, índices do IEG-M relacionados à gestão ambiental, às políticas públicas de tecnologia e de planejamento permaneceram

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Educ	C+	C	C	C

12

Mês: 08/2023	Tema: Escolas de Tempo Integral
Fiscalização Ordenada nº	IV 2023.
TC e evento da juntada	TC-017070.989.23-1, evento 08.
Irregularidades verificadas:	<ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento da meta 6 do PNE não foi publicado ou não está disponível na página eletrônica do órgão institucional; • A rede não possui o custo operacional por aluno em escola de tempo parcial; • A rede não possui o custo operacional por aluno em escola de tempo integral; • A rede não possui professores que atuam exclusivamente nas escolas em jornada em tempo integral; • Há professores que atuam na área administrativa (fora da sala de aula); • Não há critérios para a realização de visitas da equipe de supervisão de ensino na rede; • A forma de provimento do cargo de Diretor é em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, descumprindo o inciso V do art. 206 da CF; • A rede não ofereceu cursos de capacitação aos profissionais vinculados à educação de tempo integral;

13

¹⁴ **Art. 7º** Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam o artigo 158 e a alínea “b” do inciso I do *caput* e o § 3º do artigo 159, todos da Constituição Federal.

insatisfatórios (conceitos “C – Baixo nível de adequação” desde 2020¹⁵) e a nota geral registrou queda com relação ao exercício antecedente.

Nesse contexto, necessário lembrar que não compete à Administração cumprir tão somente as obrigações formais de direcionamento de recursos. Com efeito, o gestor também deve pautar sua atuação no princípio da eficiência, debruçando-se sobre o caráter finalístico dos gastos, notadamente no que se refere à implementação efetiva dos direitos fundamentais e das políticas públicas que lhes amparam (artigo 165, § 10, da CRFB/88).

Feitas essas considerações, tendo em conta as justificativas trazidas no contraditório, fica o Órgão advertido a revisar e corrigir as impropriedades apuradas em cada índice do IEG-M, valendo-se dos apontamentos indicados no relatório da Fiscalização, seja em inspeções ordinárias, seja em ordenadas¹⁶, como guia às providências regularizadoras a implantar, canalizando esforços para aumentar as notas obtidas e, conseqüentemente, possibilitar a concretização das metas da Agenda 2030 da ONU.

Ante o exposto, VOTO pela emissão de **parecer favorável** à aprovação das Contas do PREFEITO DE RIFAINA, relativas ao exercício de 2023, nos termos do artigo 2º, inciso II¹⁷, da Lei Complementar nº 709/93 e do artigo 56, inciso II¹⁸, do Regimento Interno.

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
IEG-M	C+	C	C+	C
i-Planejamento	C	C	C	C
i-Fiscal	B	B+	B+	B
i-Educ	C+	C	C	C
i-Saúde	B	C+	B	B
i-Amb	C	C	C	C
i-Cidade	B	B+	B	B
i-Gov-TI	C	C	C	C

¹⁵ Fiscalização Ordenada IV – Escolas de Tempos Integral – TC-017070.989.23-1

¹⁷ **Art. 2º** - Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei, compete:

II - apreciar e emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, excetuada a do Município de São Paulo;

¹⁸ **Art. 56.** É da competência privativa das Câmaras:

II - a emissão de parecer prévio sobre a prestação anual das contas dos Prefeitos Municipais;

Não obstante, Advertências e Recomendações serão transmitidas ao Executivo para que:

- Promova melhorias no ensino a partir das falhas constatadas pelo IEG-M (severa advertência);
- Corrija os desacertos remanescentes da Fiscalização Ordenada IV, dedicada a Escolas em Tempo Integral (severa advertência);
- Envide esforços para aumentar a nota geral no IEG-M, implementando ações que garantam a melhoria dos serviços públicos colocados à disposição da população (advertência);
- Atente para as oportunidades de melhoria indicadas pelo IEG-M nas áreas de Gestão Ambiental (advertência);
- Realize ajustes nas áreas de planejamento e governança de tecnologia da informação, corrigindo-se as deficiências que emergem do questionário aplicado à administração local (advertência);
- Adote as medidas cabíveis visando a elevação do indicador i-SAÚDE e, conseqüentemente, o aprimoramento e maior efetividade de serviços colocados à disposição da população;
- Promova adequado planejamento, com vistas à redução do volume de alterações do orçamento, observando o Comunicado SDG nº 32/2015;
- Aprimore a atuação do Sistema de Controle Interno, dando cumprimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal e no artigo 35 da Constituição Paulista, bem como realize a nomeação de responsável pela controladoria mediante concurso público;
- Disponibilize as documentações necessárias à obtenção das complementações VAAR do FUNDEB;
- Evite dispêndios com festas de confraternização, assegurando-se sempre da finalidade pública dos gastos, em homenagem ao princípio da legalidade e moralidade;

- Revise valores de taxas de coleta domiciliar de lixo, de forma a adequá-los aos custos efetivos dos serviços prestados, bem como busque a adoção de boas práticas de gestão e eficiência na prestação dos serviços de coleta de lixo, visando à redução de custos e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população;
- Assegure adequado planejamento das desapropriações, com prévia elaboração de projetos que justifiquem as finalidades apresentadas; realize verificação rigorosa da destinação das áreas desapropriadas, prevenindo uso irregular por terceiros, bem como formalize criteriosamente a avaliação dos valores de tais áreas, com base em laudos técnicos elaborados por profissionais habilitados;
- Cumpra as recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas; e
- Adote medidas no sentido de cumprir as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Arquivem-se eventuais expedientes eletrônicos referenciados, ficando, desde já, autorizada idêntica medida quanto aos autos principais, tão logo exaurida a competência constitucional deste Tribunal.

GCMAB
DLA